



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 003107-989-20-4



36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2022, POR MEIO DE PLATAFORMA PARA VIDEOCONFERÊNCIA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO TCESP Nº 02/2020.

PRESIDENTE E RELATOR – Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – João Paulo Giordano Fontes

SECRETÁRIO – Sérgio Ciquera Rossi

PROCESSO - TC-003107.989.20-4

PREFEITURA MUNICIPAL: Igarapava.

EXERCÍCIO: 2020.

PREFEITO: José Ricardo Rodrigues Mattar.

ADVOGADO: Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136).

PROCURADOR DE CONTAS: José Mendes Neto.

FISCALIZAÇÃO ATUAL: UR-17.

PRESIDENTE E RELATOR – Senhores Conselheiros, Procurador do Ministério Público de Contas e senhor Secretário-Diretor Geral. No **item 108** há pedido de sustentação oral a ser proferida por videoconferência pela doutora Mariana Bim Sanches Varanda, que já nos ouve.

Cumprimento a ilustre Advogada e passo ao relatório. Trata-se das contas anuais da Prefeitura Municipal de Igarapava, exercício de 2020.

(RELATÓRIO JUNTADO AOS AUTOS)

A defesa tem a palavra pelo prazo regimental.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 003107-989-20-4



DOUTORA MARIANA BIM SANCHES VARANDA -

Excelentíssimo senhor Presidente e Relator, doutor Sidney Beraldo, Excelentíssimos Conselheiro Antonio Roque Citadini e Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, nobre Secretário-Diretor Geral, ilustre membro do *Parquet* de Contas e todos que nos acompanham, boa tarde.

Excelências, apenas com relação a essa questão do relatório, do breve relatório que o senhor fez, eu gostaria apenas de consignar que as questões alusivas ao IEGM foram colocadas no parecer de ATJ, já computando a questão da motivação que demandariam recomendações e o MPC não colocou essa questão, colocou apenas a questão dos aportes. As notas do IEGM, embora tenha sido mantida a nota C geral, acredito que diante de diversas melhoras que tivemos, por exemplo, conceito B na Saúde, a manutenção da nota do IEduc, embora a mesma, houve a subida da nota geral, o C+ no IPlanejamento, em relação ao parecer do Ministério Público de Contas, ela não é colocada como o motivo da reprovação, mas como motivo de recomendações das contas – o que não negamos.

Com relação a esse ponto que tanto o MPC, quanto as vertentes de ATJ – Economia e Chefia - se manifestam realmente pela desaprovação, que é a falta desse recolhimento das parcelas referentes aos aportes financeiros para equacionamento do déficit atuarial, cumpre primeiramente ponderar que essa suspensão de pagamentos de contribuições previdenciárias devidas pelo Município aos seus regimes de previdência foi uma das opções facultadas no âmbito do programa federativo de enfrentamento à Covid, trazido pela lei complementar 173 de 2020.

Dentro desse contexto, além do parágrafo 1º do artigo 9º dessa lei complementar ter previsto de forma ampla a possibilidade de que os entes e de que os municípios promovessem a suspensão dos pagamentos das contribuições patronais aos seus respectivos regimes previdenciários com a aprovação de uma lei, ela também está regulamentada pela Portaria Ministerial 14.816 de 19 de junho de 2020 do Ministério da Economia que, por sua vez,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 003107-989-20-4



regulamentou essa possibilidade definindo como contribuição aptas a serem objeto de suspensão de pagamento todas aquelas previstas no plano de custeio do regime próprio de previdência, instituída por meio de alíquotas para cobertura de custo normal suplementar ou por meio de aportes estabelecidos em planos de amortização de déficits atuariais, sendo esse o caso da contribuição em relação à qual houve realmente a suspensão dos pagamentos pelo Município.

Portanto, ainda que o Município de Igarapava não tenha editado uma lei prévia aprovando essa suspensão de pagamentos, é possível vislumbrar pelo próprio período em que houve a suspensão, de março dezembro de 2020, ou seja, exatamente como previa a lei complementar 173 de 2020 e também regulamentava a Portaria 14.816, ela se deu delimitadamente nesse período e o Município cumpriu realmente à risca o que estabelecia a regulamentação pela Portaria, que foi a edição de uma lei autorizadora de parcelamento antes do prazo de 31 de janeiro, previsto na Portaria para que seja adotada essa providência, e pactuando o termo de parcelamento em 5 de fevereiro de 2021, prevendo um parcelamento por 48 meses, o qual está sendo cumprido pela Municipalidade.

É importante ressaltar, Excelências, que estamos aqui falando da suspensão unicamente do recolhimento desta alíquota de aporte de déficit atuarial. Nesse caso, é possível verificar que tanto no ano de 2020, quanto continuamente em 2021, assim como ocorreu também 2019, que o Município honrou suas contribuições previdenciárias patronais, o repasse da contribuição alusiva ao empregado e, inclusive, honrou o único parcelamento que se encontrava em curso que foi celebrado em 2017, por ocasião da Portaria Interministerial 333 de 2017, que permitiu que fossem feitos esses parcelamentos e continuou horando todas essas contribuições também no ano de 2020.

Assim, em que pese o respeito devido, não estamos falando da adoção de uma postura ilegal e, talvez, inclusive o mais importante a ressaltar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 003107-989-20-4



a Vossa Excelência, é que o Município não feriu de maneira alguma os preceitos de responsabilidade fiscal tanto no que tange às obrigações perante o regime Previdenciário, como de todas as demais, considerando que o Ministério Público de Contas coloca como motivo ensejador da reprovação das contas justamente o fato de ter sido violado, descumprido os preceitos de responsabilidade fiscal.

O próprio histórico do Município, acredito que Vossa Excelência não se recorde, mas o senhor foi o relator das contas de 2017 da Prefeitura de Igarapava, que foi o primeiro ano da gestão do atual Prefeito, que era o mesmo, que foi reeleito para o para o período agora até 2024, o processo era o TC 661-989-16, o Município de Igarapava vinha realmente de um acúmulo de desentendimentos de forma geral.

A dívida de precatório se acumulava, havia um déficit de execução orçamentária, um déficit financeiro que superava o aceito por esta egrégia Corte e, justamente por conta de todas essas questões, a não quitação de precatórios, o fato de não terem sido honradas todas as contribuições previdenciárias que eram devidas no período e uma incorreção em relação à aplicação do Fundeb levou realmente à desaprovação das contas de 2017.

Porém, Excelência, adotadas as providências pela gestão justamente em busca do equilíbrio fiscal, esse panorama foi mudado a partir de 2018. Houve a celebração de acordo para que houvesse o pagamento da dívida de precatórios dentro de uma alíquota que o Município poderia honrar, houve o melhor planejamento das contas públicas, o déficit foi reduzido já em 2018, adequando-se ao patamar aceito por esta Corte, em 2019 esse déficit foi reduzido ainda mais, passando de 6,8 milhões para a ordem de 2,8 milhões - reduzindo o equivalente a 27 dias de arrecadação para 11 dias de arrecadação em 2019.

Houve também a adoção de providências em relação aos débitos previdenciários, inclusive, foi retomado um acordo que estava sem pagamento desde 2011, um acordo que foi celebrado em 2014(?) e em 2011 foi retomado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 003107-989-20-4



também e não havia sido retomado até então, de modo que tanto as contas de 2018, quanto as de 2019 justamente em vista da adequação, do respeito ao equilíbrio da gestão fiscal, foram efetivamente aprovadas por esta Corte.

No exercício de 2020, Excelências, com todas essas obrigações continuamente honradas, encerrando o Município já com superávit da execução orçamentária, um considerável superávit financeiro...

PRESIDENTE E RELATOR – A transmissão está com problema. Doutora Mariana, deu uma cortadinha, mas voltou.

DOUTORA MARIANA BIM SANCHES VARANDA – Acho que não houve muito prejuízo, Excelências?

PRESIDENTE E RELATOR – Não houve prejuízo. Pode continuar com a palavra.

DOUTORA MARIANA BIM SANCHES VARANDA – Então, justamente em 2020, mantendo-se essa postura de responsabilidade, desta vez com superávit da execução orçamentária e um superávit financeiro que realmente era alto, mas optou a gestão por preservá-lo justamente pela insegurança que a situação requeria.

A pandemia continuava, não havia previsão de recebimento de nenhum aporte que pudesse socorrer o Município em caso de alguma eventual emergência financeira, optou-se realmente por utilizar a faculdade que trazia a lei complementar 173 e que regulamentou a portaria 14.816, mantendo-se obviamente todos os serviços públicos juntamente com a aguardada responsabilidade fiscal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 003107-989-20-4



Por fim, com relação ao IEGM, Excelências, eu gostaria apenas de ressaltar a questão de que as notas, embora se enquadrassem nos indicadores Cs, houve realmente a nota C+ no planejamento demonstrando a efetividade e a adequação do quesito planejamento. Eu acho que até por conta disso, nós vislumbramos uma situação fiscal e obtivemos uma situação fiscal e de cumprimento do planejamento mais adequada.

Gostaria também de ressaltar a nota B obtida no ISaúde e no IEduc, embora mantendo a nota C, verifica-se que depois da validação pela fiscalização, demonstrou-se que diversas notas subiram, apesar de não serem suficientes para elevar o patamar para o C+, o Município vem realmente se esforçando em relação à questão do IEGM, razão pela qual entendo que neste caso específico, dentro do contexto específico, realmente pode ser alçada como a vertente da ATJ-Jurídica se manifestou pela emissão de recomendações em relação a esta questão específica do IEGM.

Excelências, sendo isso o que cabia dizer a Vossas Excelências, espero que não tenha sido muito cortado, o apelo realmente da Municipalidade é para que seja emitido o parecer favorável à aprovação das contas de 2020. Obrigada.

PRESIDENTE E RELATOR – O Tribunal cumprimenta e agradece Vossa Excelência pela sustentação oral.

Embora tenha havido realmente alguns cortes, não houve nenhum prejuízo à defesa. Levando em conta os argumentos trazidos pela doutora Mariana, retiro de pauta com reinclusão na próxima sessão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL
SDG-1 - TAQUIGRAFIA
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 003107-989-20-4



DECISÃO CONSTANTE DE ATA: Apresentado o relatório pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, a Doutora Mariana Bim Sanches Varanda, advogada, produziu sustentação oral, após o que, a pedido do Conselheiro Relator, foi o presente processo retirado de pauta, com reinclusão automática na pauta da próxima sessão da Primeira Câmara, conforme exposto nas **correspondentes notas taquigráficas**, inseridas aos autos.

Taquígrafo(a): Angela.